

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 3325/2024

### **1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).**

Contratação de empresa para fornecimento de **MEDICAMENTOS DE USO VETERINÁRIO**, para realização do Programa Municipal de Defesa e Proteção Animal, por meio da Unidade Móvel de Castração, em busca de controle populacional de cães e gatos, conforme características e quantitativos indicados neste Termo de Referência.

Especificação	Qntd	Und	Valor Unit	Valot Total
<b>ACEPROMAZINA 1% 20ML INJETÁVEL</b> - NEUROLÉPTICO TRANQUILIZANTE PRÉ-ANESTÉSICO. NEUROLÉPTICO, TRANQUILIZANTE, CONTUDO A SUA PRINCIPAL APLICAÇÃO É COMO PRÉ-ANESTÉSICO EM CÃES. ELA CONFERE POTENCIALIZAÇÃO ACENTUADA DOS BARBITÚRICOS, FACILITANDO A MANIPULAÇÃO E A CONTENÇÃO DOS ANIMAIS.	FRASCO	75	R\$ 49,80	R\$ 3.735,00
<b>CETAMINA A 10% DE 50 ML INJETÁVEL</b> - ANESTÉSICO DISSOCIATIVO INJETÁVEL, À BASE DE CLORIDRATO DE CETAMINA, INDICADO PARA CÃES, GATOS, BOVINOS, OVINOS, CAPRINOS, EQUINOS, SUÍNOS, ANIMAIS SILVESTRES E ANIMAIS DE LABORATÓRIO. A CETAMINA É INDICADA EM VÁRIOS TIPOS DE INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS, NA CONTEÇÃOQUÍMICA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS E SILVESTRES E NA INDUÇÃO ANESTÉSICA (INTUBAÇÃO TRAQUEAL) PARA ANESTESIA INALATÓRIA. O PRODUTO É DE FACIL UTILIZAÇÃO INTRAVENOSA OU INTRAMUSCULAR E PODE SER ASSOCIADO AOS BENZODIZEPÍNICOS, BARBITÚRICOS E RELAXANTES MUSCULARES PARA OBTENÇÃO DE PLANO ANESTÉSICO ADEQUADO AOS DIFERENTES PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS.	FRASCO	100	R\$ 96,50	R\$ 9.650,00
<b>CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% INJETÁVEL AMPOLA 20 ML</b> - ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL À BASE DE CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA PARA EQUINOS, BOVINOS, SUÍNOS, OVINOS, CANINOS E FELINOS.	FRACO	250	R\$ 7,99	R\$ 1.997,50
<b>DIPIRONA 500MG/ML INJETÁVEL DE 50 ML</b> - ANALGÉSICO, COM AÇÃO ANTI-PIRÉTICA E ANTIFLOGÍSTICA, INDICADO NO TRATAMENTO DAS DORES DO SISTEMA MUSCULAR, ESQUELÉTICO E VISCERAL, INFLUENCIANDO OUTROSSIM O ALÍVIO DAS INFLAMAÇÕES E DOS ESTADOS FEBRIS. RECOMENDADO PARA TODAS AS ESPÉCIES ANIMAIS NO COMBATE À DOR DAS CÓLICAS, FERIDAS, APÓS INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS, DURANTE O PARTO, NAS INFLAMAÇÕES DAS ARTICULAÇÕES; COMO ANTI-PIRÉTICO NOS ESTADOS FEBRIS. ACALMA A INTRANQUILIDADE E REBELDIA DOS ANIMAIS, PRINCIPALMENTE DOS EQUÍNOS. NÃO POSSUI AÇÃO NARCÓTICA NEM ESTERÓIDICA	FRASCO	60	R\$ 9,88	R\$ 592,80

<b>IVERMECTINA 10MG</b> - ANTIPARASITÁRIO À BASE DE IVERMECTINA, INDICADO PARA CÃES NO TRATAMENTO DE SARNA SARCÓPTICA, SARNA DEMODÉCICA, SARNA OTODÉCICA, VERMINOSES GASTROINTESTINAIS E VERMES DO CORAÇÃO. FRASCO COM 50 ML	FRASCO	40	R\$ 15,00	R\$ 600,00
<b>IVERMECTINA 6MG</b> - ANTIPARASITÁRIO À BASE DE IVERMECTINA, INDICADO PARA CÃES NO TRATAMENTO DE SARNA SARCÓPTICA, SARNA DEMODÉCICA, SARNA OTODÉCICA, VERMINOSES GASTROINTESTINAIS E VERMES DO CORAÇÃO.	COMPRIMIDO	200	R\$ 3,32	R\$ 664,00
<b>MELOXICAM 0,5MG</b> - ATIVIDADE ANTI-INFLAMATÓRIA, ANALGÉSICA E ANTIEXSUDATIVA COM MÍNIMOS EFEITOS GASTROLESIVOS OU ULCEROGÊNICOS. CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS.	CX	130	R\$ 32,48	R\$ 4.222,40
<b>MELOXICAM 0,2% INJETÁVEL AMPOLA DE 20ML</b> - ANTI-INFLAMATÓRIO 0,2% INJETÁVEL NÃO-ESTEROIDE COM ATIVIDADE INIBIDORA SELETIVA DA CICLOXIGENASE-2 (COX-2), QUE CONFERE UM DUPLO BENEFÍCIO TERAPÊUTICO, RESULTANDO EM EXCELENTE ATIVIDADE ANTI-INFLAMATÓRIA, ANALGÉSICA E ANTIEXSUDATIVA COM MÍNIMOS EFEITOS GASTROLESIVOS OU ULCEROGÊNICOS.	FRASCO	30	R\$ 44,48	R\$ 1.334,40
<b>NINTEPIRAM 11,4 MG</b> - NITENPIRAM É UM ADULTICIDA INDICADO PARA O CONTROLE DE PULGAS, QUE OFERECE UM RÁPIDO KNOCK-DOWN, ASSOCIADO A UM CONVENIENTE MODO DE USAR, A VIA ORAL. APRESENTA AMPLA VANTAGEM DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE 100% NO CONTROLE DE PULGAS. DEVIDO A SUA RÁPIDA ELIMINAÇÃO É O PRODUTO IDEAL PARA SER UTILIZADO EM COMBINAÇÃO COM REGULADORES DE CRESCIMENTO DE INSETOS, OU EM CIRCUNSTÂNCIAS ONDE SEJA REQUERIDO O CONTROLE IMEDIATO DA INFESTAÇÃO. FÓRMULA: CADA 100 MG CONTÉM: NITENPIRAM ..... 11,4 MG EXCIPIENTE Q.S.P. .... 100,0 MG . COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	1000	R\$ 26,17	R\$ 26.170,00
<b>NITENPIRAM 57MG</b> - NITENPIRAM É UM ADULTICIDA INDICADO PARA O CONTROLE DE PULGAS, QUE OFERECE UM RÁPIDO KNOCK-DOWN, ASSOCIADO A UM CONVENIENTE MODO DE USAR, A VIA ORAL. APRESENTA AMPLA VANTAGEM DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE 100% NO CONTROLE DE PULGAS. DEVIDO A SUA RÁPIDA ELIMINAÇÃO É O PRODUTO IDEAL PARA SER UTILIZADO EM COMBINAÇÃO COM REGULADORES DE CRESCIMENTO DE INSETOS, OU EM CIRCUNSTÂNCIAS ONDE SEJA REQUERIDO O CONTROLE IMEDIATO DA INFESTAÇÃO. FÓRMULA: CADA 100 MG CONTÉM: NITENPIRAM ..... 57 MG EXCIPIENTE Q.S.P. .... 100,0 MG . COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	1000	R\$ 12,88	R\$ 12.880,00
<b>SULFATO DE VINCISTINA 1MG, INJETÁVEL, EM FRASCO DE 1ML</b> - O SULFATO DE VINCISTINA INJETÁVEL É UM MEDICAMENTO DA CLASSE DE AGENTES QUIMIOTERÁPICOS, MUITO ÚTIL PARA O	FRASCO	100	R\$ 43,98	R\$ 4.398,00

TRATAMENTO DE NEOPLASIAS. SOLUÇÃO INJETÁVEL 1 MG/ML: EMBALAGEM COM 1 FRASCO-AMPOLA DE SULFATO DE VINCRISTINA 1MG/ML CONTENDO 2ML DE SOLUÇÃO. CADA ML DA SOLUÇÃO INJETÁVEL CONTÉM: SULFATO DE VINCRISTINA 1 MG.				
<b>XILAZINA 2% INJETÁVEL AMPOLA DE 10ML -</b> ANESTÉSICO A BASE DE CLORIDRATO DE XILAZINA, QUE PERTENCE AO GRUPO ALFA 2 AGONISTA. É UM AGENTE DE AÇÃO RÁPIDA E SEGURO QUE PROMOVE SEDAÇÃO, ANALGESIA E RELAXAMENTO MUSCULAR A NÍVEL CENTRAL, LEVANDO O ANIMAL A UM ESTADO DE SONOLÊNCIA, SENDO MUITO UTILIZADO PARA CONTENÇÃO DE ANIMAIS. O GRAU DE PROFUNDIDADE É DIRETAMENTE PROPORCIONAL A DOSE UTILIZADA. É INDICADO NA CONTENÇÃO DOS ANIMAIS, INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS E PROCEDIMENTOS QUE NECESSITEM DE SEDAÇÃO, ANALGESIA E RELAXAMENTO MUSCULAR. FÓRMULA: CADA 100 ML CONTÉM:  XILAZIN (CLORIDRATO).....2,0 G VEÍCULO ESTÉRIL Q.S.P.....100,0 ML	FRASCO	300	R\$ 33,80	R\$ 10.140,00
<b>PENTABIÓTICO 15.000UI INJETÁVEL 50 ML -</b> ANTIBIÓTICO INJETÁVEL DE LONGA AÇÃO, INDICADO PARA O TRATAMENTO DE ENFERMIDADES RESPIRATÓRIAS, PODEAIS, MASTITES E OUTRAS INFECÇÕES CAUSADAS POR ORGANISMOS SENSÍVEIS A ASSOCIAÇÃO DE PENICILINAS. INDICADO TAMBÉM NO TRATAMENTO DE CANINOS E FELINOS: TÉTANO; LEPTOSPIROSE; FERIDAS INFECTADAS; PNEUMONIA SECUNDÁRIA A CINOMOSE. PODE SER USADO TAMBÉM NA PREVENÇÃO DE INFECÇÕES NO PÓS- OPERATÓRIO, COMO NO CASO DE CESARIANAS E OUTRAS INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS. FÓRMULA: CADA 100ML CONTÉM:  BENZILPENICILINA PROCAÍNA.....20.000.000UI  BENZILPENICILINA BENZATINA.....15.000.000UI VEÍCULO(Q.S.P.).....100ML	FRASCO	125	R\$ 43,90	R\$ 5.487,50
			<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 81.871,60</b>

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

O Programa Municipal de Defesa e Proteção Animal está em busca de melhores condições de vida para a fauna doméstica urbana.

Adquirir os medicamentos para um castramóvel é fundamental para garantir que o veículo esteja equipado para oferecer serviços de castração de qualidade. A castração é uma medida importante para o controle populacional de animais, prevenção de doenças e promoção do bem-estar animal.

Ao disponibilizar os materiais necessários, como medicamentos de uso veterinário, é possível realizar as atividades com segurança e eficácia, contribuindo para a saúde dos animais e para a redução do número de animais abandonados.

O objetivo geral é estabelecer medidas para atuar na proteção ambiental e da saúde, em especial na defesa e proteção animal, para atingir o equilíbrio ambiental e o convívio mais harmonioso dos munícipes com os animais, quer sejam cães, gatos ou outras espécies que possam vir a interferir desfavoravelmente nesta relação.

O equilíbrio na população animal por meio de políticas públicas auxilia na diminuição do índice de abandono e maus-tratos de modo a prevenir agravos às zoonoses, à saúde pública e as agressões ao meio ambiente.

Portanto, é imprescindível, que algumas medidas preventivas sejam tomadas, entre estas, **Aquisição de Medicamentos de uso Veterinários.**

---

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).**

---

Trata-se de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos nos documentos de contratação por meio de especificações usuais no mercado.

A castração por intermédio de Unidades Móveis tem se mostrado muito eficiente, uma vez que o chamado "castramóvel" permite, que a cada dia, se esteja estacionado numa região diferente do bairro, facilitando o acesso da população, estimulando as pessoas a castrarem seus animais (o castramóvel é uma propaganda do serviço em si), pode-se manter um posto de cadastramento de animais no local (cadastrando todos os animais castrados) concentrando os esforços neste sentido, diminuindo os custos de deslocamentos de equipes e materiais de informática.

As unidades móveis de castração são projetadas e construídas de forma que possa abrigar várias equipes de veterinários castrando ao mesmo tempo, e para tanto a quantidade e o processo de esterilização dos instrumentais é previamente planejado de forma a dar suporte aos procedimentos. Algumas unidades tem a capacidade de realizar até 50 cirurgias por dia, o que atende ao nosso objetivo de castrar o maior número de animais no menor período de tempo.

O ciclo de vida do objeto é a sua validade.

---

**4. DO VALOR ESTIMADO**

---

O valor estimado inicial para a presente contratação é de **R\$ 81.871,60 (oitenta e um mil, oitocentos e setenta um reais e sessenta centavos)**, conforme se verifica através das pesquisas de mercado constantes nos autos do

processo em epígrafe.

#### 5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O instrumento oriundo deste Termo de Referência terá vigência de 30 (trinta) dias, contado da data de sua assinatura e os contratos a partir do recebimento da primeira **ORDEM DE FORNECIMENTO** emitida pelo Contratante.

#### 6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **pregão**, sob a sua forma **eletrônica**, com adoção do critério de julgamento **menor preço por item**.

#### 7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

Tendo em vista a particularidade do objeto a ser contratado, tratando-se de bens de consumo regulados por órgãos federais de fiscalização, bem como sendo interesse deste Município a seleção de empresa comprovadamente capaz de executar o objeto do contrato, para habilitar-se ao fornecimento dos itens objeto da presente contratação, a empresa deverá comprovar capacidade técnica, da seguinte forma:

a) Indicação de profissional, devidamente registrada no conselho profissional competente (CRF para medicamentos humanos e CRMV para medicamentos veterinários), que responde como responsável técnico pela licitação.

b) Apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a prestação prévia de serviços com características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência;

c) Para medicamentos de uso humano:

- Apresentação de registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Farmácia (CRF);
- Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) emitida pela ANVISA, conforme Art. 50 da Lei nº 6.360/1976
- Para medicamentos controlados pela Portaria nº 344/1998 SVS/MS, apresentação da Autorização Especial de Funcionamento (AE) emitida pela ANVISA;
- Certificado de Registro do Produto emitido pela ANVISA ou cópia da publicação do registro no Diário Oficial da União, conforme Lei nº 6.360

d) Para medicamentos de uso veterinário:

- Apresentação de registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV);
- Licença de funcionamento da empresa expedida pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou
- Registro do estabelecimento expedido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para atividades de fabricação ou comercialização de produtos veterinários;

- Para medicamentos controlados, apresentação da Autorização Especial de Funcionamento (AE).
- Certificado de registro do produto no MAPA ou outro documento oficial que comprove a regularidade do medicamento para uso veterinário.

## 7.1 PROPOSTA

a) Incluir, em cada item, de forma clara e inequívoca:

- Para medicamentos de uso humano:
- O fármaco está em conformidade com a Denominação Comum Brasileira (DCB), a apresentação e a forma farmacêutica, o fabricante, a embalagem com o quantitativo do produto oferecido, o número do registro expedido pela ANVISA/MS, e a informação se a embalagem primária do medicamento é fracionada e se contém o código de identificação bidimensional, conforme exigência de rastreabilidade prevista na RDC nº 157/2017.
- Para medicamentos de uso veterinário:
- O medicamento conforme Denominação Comum Brasileira (DCB) ou outra nomenclatura oficial requer registro do MAPA, a apresentação e a forma farmacêutica, o fabricante, a embalagem com o quantitativo do produto oferecido e o número do registro expedido pelo MAPA, quando aplicável.

b) Ser realizado com, no máximo, duas casas decimais após a vírgula (ex.: R\$ 0,01) para cada item licitado;

c) Observar os preços máximos estabelecidos pelas normas aplicáveis, para medicamentos de uso humano: De acordo com a tabela da CMED, quando aplicável, em conformidade com a Resolução nº 03/2011 e Resolução CTE-CMED nº 06/2021.

d) Não serão admitidas nem aceitações ofertas de medicamentos com especificações diversas solicitadas originalmente neste Termo de Referência, exceto quando autorizado por equivalência técnica fundamentada no parecer técnico da autoridade competente.

### **Medicamentos Regulados pelo MAPA (Uso Exclusivamente Veterinário):**

**Estes medicamentos são destinados apenas para uso veterinário e regulamentados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) :**

- Acepromazina 1% (20 mL injetável);
- Neuroleptanalgésico pré-anestésico para animais.
- Cetamina a 10% (50 mL injetável);
- Anestésico dissociativo para diversas espécies animais.
- Cloridrato de Lidocaína 2% (20 mL injetável);
- Anestésico veterinário local.
- Dipirona 500 mg/mL (50 mL injetável);
- Analgésico e antipirético usado exclusivamente em animais.
- Ivermectina 10 mg e 6 mg;
- Antiparasitário para cães.
- Meloxicam 0,5 mg (comprimidos) e 0,2% (20 mL injetável);

- Anti-inflamatório para animais.
- Nitenpiram 11,4 mg e 57 mg (comprimidos):
- Adulticida antipulgas para cães e gatos.
- Xilazina 2% (10 mL injetável):
- Sedativo alfa-2 agonista para contenção animal.
- Pentabiótico 15.000 UI (50 mL injetável):
- Antibiótico de uso veterinário.

**Medicamentos Regulamentados pela ANVISA (Uso Humano):**

Estes medicamentos são regulamentados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

- Sulfato de Vincristina (1 mg injetável):
- Medicamento quimioterápico amplamente utilizado em oncologia humana para o tratamento de neoplasias.
- Cloridrato de Lidocaína 2% (20 mL injetável):
- Anestésico local de uso comum em humanos.
- Observação: Caso seja registrado como medicamento veterinário no MAPA, será regulamentado por aquele órgão.
- Dipirona 500 mg/mL (50 mL injetável):
- Cetamina (10% injetável):

**Cetamina: Medicamento controlado que, em formulações para humanos, deve atender às normas de rastreabilidade da ANVISA (RDC nº 157/2017) - apresentação da Autorização Especial de Funcionamento (AE) emitida pela ANVISA.**

---

**8. DA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO:**

---

Os itens destinados a Coordenação de Apoio a Zoonoses, deverão ser entregues na Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, localizado à Rua Antonio Benedito Siqueira, nº 387, Centro, São Pedro da Aldeia/RJ, no horário das 08h às 17h; em dias úteis, quando serão apontados todos os vícios aparentes remanescentes de sua entrega.

O fornecimento será efetuado de forma integral, com prazo de entrega não superior a **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento.

Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido no subitem anterior, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, devidamente justificado, sob pena da aplicação das sanções cabíveis

O fornecimento contratado será prestado na forma, dia, horário e local disposto na Ordem de Fornecimento, esta que será emitida conforme a necessidade desta Secretaria Municipal de Saúde.

Os itens deverão ser alocados em local adequado que impeça a sua deterioração até o momento do seu uso. A entrega será feita mediante requisição da contratante por ordem de fornecimento, e-mail ou outro meio que se julgar apto.

O fornecimento prestado pela Contratada será conferido pelo órgão requisitante, que verificará sua conformidade, no que diz respeito à quantidade, qualidade, bem como demais especificações constantes neste Termo de Referência.

O objeto entregue em desconformidade no que diz respeito à quantidade, qualidade ou demais especificações constantes neste Termo de Referência não serão recebidos pela Coordenação de Apoio a Zoonoses, ficando a contratada, neste caso, obrigada a promover a regularização da inconformidade no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a constatação do fato que deverá ser registrado no livro de ocorrência da Direção Técnica de Enfermagem.

Não serão aceitos objetos suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado aos administrados, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na Lei Federal n.º 6.437/77 e crime previsto no Código Penal, a ser apurado na forma da Lei.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Secretaria Municipal de Saúde, especificamente designado para tal.

O fornecimento prestado deverá ser acompanhado da competente nota fiscal, em três vias, bem como cópia do empenho, discriminação dos objetos de acordo com empenho e os dados bancários para pagamento: BANCO/AGENCIA/CONTA CORRENTE;

Nas notas fiscais deverá constar o número do contrato e/ou da Nota de Empenho, o fornecimento, o valor unitário, a quantidade, o valor total, e a informação de que o fornecimento será prestado em favor da Secretaria Municipal de Saúde;

A Contratada, quando não cumprir os prazos e parâmetros estipulados para prestação do fornecimento do objeto da licitação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A Contratada obriga-se a:

- a) Executar o objeto desta contratação de acordo com os padrões de qualidade aceitáveis, e em conformidade com as especificações exigidas e constantes neste Termo de Referência, bem como com as propostas apresentadas;
- b) Executar o contrato na forma estabelecida por este termo de referência;
- c) Disponibilizar os materiais, equipamentos e pessoal necessários à execução do contrato;
- d) Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço;
- e) Manter durante o período de execução do fornecimento contratado as condições de regularidade junto ao INSS, FGTS, e a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, e Fazenda Municipal, apresentando os respectivos comprovantes;



- f) Informar à Secretaria Municipal de Saúde – SESAU, eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretora ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas.
- g) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021;
- h) Responsabilizar-se, em qualquer caso, por danos e prejuízos de qualquer natureza causados por seus empregados ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, respondendo por si e seus eventuais subcontratados, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990).
- i) Submeter-se à Fiscalização da CONTRATANTE para fiel consecução do objeto deste contrato;
- j) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.
- k) Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

#### 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A Contrante obriga-se a:

- a) Requisitar a prestação dos fornecimentos, na forma prevista neste Termo de Referência;
- b) Exigir do contratado o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;
- c) Efetuar o pagamento por ordem de fornecimento executada;
- d) Verificar a manutenção das condições de habilitação da empresa contratada;
- e) Aplicar penalidades ao prestador de fornecimento, por descumprimento contratual;

#### 11. VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO:

Para fins de verificação da conformidade, o objeto entregue será recebido na forma que segue:

- a) **Provisoriamente** – no ato da prestação dos serviços pela Contratada, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes no Termo de Referência.
- b) **Definitivamente** – no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, para verificação da qualidade dos serviços executados, com consequente aceitação, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime a Contratada de reparar eventuais irregularidades constatadas posteriormente.

#### 12. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

### 13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Ficha:	1332
Fonte:	1635
Programa de Trabalho:	059
Elemento:	33.90.30.99.00

### 14. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO:

Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias após a verificação definitiva do cumprimento do contrato, desde que não haja fator impeditivo por parte da contratada.

O pagamento será efetuado através de ordem bancária, devendo a contratada identificar na nota fiscal o nome da Empresa, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a contratada deverá anexar a cópia da CND obtido junto ao INSS, bem como do DRF, obtido perante o FGTS (CEF), dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa do prestador de serviços, o prazo de 30 (trinta) dias começará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

O recolhimento de impostos e contribuições municipais será realizado pelo contratante no momento do pagamento da nota fiscal/fatura onde será abatido o imposto e/ou contribuição devida, conforme determinação da Secretaria Municipal de Fazenda. Assim, deve a contratada ao emitir a nota fiscal/fatura, apresentar a alíquota e o valor a serem recolhidos.

### 15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será

prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

A fiscalização da execução do objeto contratado caberá a comissão designada por ato da Secretária Municipal de Saúde. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

Demais atos de gestão e fiscalização do contrato deverão observar as normas municipais pertinentes e, na ausência destas, a normativa federal.

---

## 16. DAS PENALIDADES:

---

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o contratante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021:

(a) Advertência;

- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.


A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

- 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;
- 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e
- 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato. (QUANDO FOR O CASO)
- As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSPA/SESAU  
Proc. nº 3325/2024  
Folha nº 458  
Rub. 

São Pedro da Aldeia, 25 de março de 2025.

Elaborado por:

  
Manuela Alves

Adm - Sesaú

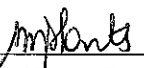
Mat. 43.035

  
Geraldo Lopes Vieira

Secretário Adjunto de Saúde

Mat. 37.879

APROVADO POR:

  
Maria Márcia Sampaio Fontes

Secretária Municipal de Saúde

Mat. 37.877